Demonstrações Financeiras

Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores

30 de junho de 2021 com Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	
Relatório da Administração	4-7
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	8
Demonstração dos resultados	9
Demonstração dos resultados abrangentes	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores** São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores ("Corretora") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Desenquadramento dos limites operacionais

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, que indicam que, em 30 de junho de 2021, a Corretora apresentava desenquadramento dos limites operacionais exigidos pelo BACEN. Em 27 de julho de 2021, a Corretora recebeu aporte de capital de seu controlador, no valor de R\$20.651 mil, reenquadrando-a em seus limites operacionais, de acordo com a estimativa da administração. A homologação do aumento de capital encontra-se pendente de aprovação pelo órgão regulador na data de emissão dessas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Realização do crédito tributário

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 10.(b) e (c) às demonstrações financeiras, que divulga o fato de que a Corretora possuía registrado em seu ativo, em 30 de junho de 2021, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apurados sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias no montante de R\$51.343 mil, representando cerca de 44,66% do seu patrimônio líquido naquela data. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está condicionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração, cuja realização está prevista para os próximos dez exercícios sociais. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos saldos comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.b. às demonstrações financeiras, a qual descreve que, em decorrência da reclassificação de saldos de recursos mantidos em conta de registro de seus clientes, em linha com o requerido na Instrução Normativa BCB 66/2020, os valores correspondentes a 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações



financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de setembro de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Kátia Sayuri Teraoka Kam Contadora CRC-1SP272354/O-1

Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores CNPJ 65.913.436/0001-17

Relatório da Administração 1º Semestre de 2021

"Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais, apresentamos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores ("Guide Investimentos", "Guide" ou "Corretora"), relativas ao período findo em 30 de junho de 2021, acrescidas das notas explicativas e relatório do auditor independente sobre o exame de auditoria. O Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2021 atingiu o valor de R\$114.974 (R\$102.363 em 31 de dezembro de 2020) em decorrência do aumento de capital social de R\$27.040 realizado em 16 de março de 2021, aprovado pelo Banco Central em 07 de maio de 2021. As receitas de Intermediação Financeira e de Prestação de Serviço alcançaram juntas no 1º semestre de 2021 o total de R\$148.488 (R\$141.730 no mesmo período de 2020), representando um forte crescimento de 5%. O aumento na base de clientes vem alcançando recordes mensais consecutivos principalmente em função da transformação na experiência do cliente neste processo nas diversas plataformas através dos investimentos em Tecnologia e de Marketing.

Durante o 1º semestre de 2021, após mais de um ano vivenciando a situação de pandemia, com o avanço da vacinação e início de recuperação da economia, os resultados apresentados pela Corretora foram limitadamente impactados pela situação principalmente em função dos volumes das atividades de clientes. Além disto, a Corretora incorreu em despesas adicionais em função das medidas para manter a empresa operacional, com os mesmos níveis de produtividade e segurança para os colaboradores.

A Guide mantém um acompanhamento contínuo e controle diário de suas operações e vem adotando todas as medidas e protocolos de adequação de suas instalações para preservar a integridade e saúde de todos os seus colaboradores e parceiros comerciais. Adicionalmente, manteve a adoção de medidas preventivas como o sistema de home-office, a restrição de viagens e a limitação de participações em reuniões e eventos. Tais medidas se mostraram eficientes, evidenciando a plena capacidade da companhia em manter suas atividades nos moldes das novas orientações e medidas, pelos períodos de 2020 e 2021, com os mesmos níveis de produtividade. O plano de retorno ao escritório em modelo híbrido está previsto para o 2º semestre conforme a cobertura da vacinação e às particularidades de cada uma das áreas da companhia, seguindo todas as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), do governo do Estado e da Prefeitura.

Conforme definido no planejamento estratégico da Corretora para os próximos 10 anos, concluímos o 2º aumento de capital previsto no referido plano em julho de 2021, totalizando em 2021 o montante de R\$47.691 até o presente momento. Esses aumentos fazem parte de um plano de capitalização da empresa que prevê aporte adicional ao longo de 2021, o que permitiu o início do projeto de reforço dos investimentos em Tecnologia, Marketing e expansão de assessores, além de possibilitar o reenquadramento do índice de Basiléia do Conglomerado Prudencial, em relação à situação verificada em dezembro de 2020.

São Paulo, 01 de setembro de 2021 A Administração

Ativos	30/06/2021	31/12/2020	Passivos	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades (Nota 6 (a))	1.101	117.675	Depósitos e demais Instrumentos financeiros	840.098	(reapresentado) 2.753.835
Instrumentos financeiros Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6 (a) e (b)) Títulos e valores mobiliários (Nota 7 (b))	833.339 534.003 299.336	2.627.108 2.416.505 210.603	Captações no mercado aberto Depósitos Negociação e intermediação de valores	379.605 386.250 74.243	2.266.472 434.323 53.040
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	(300)	(300)	Impostos a recolher (Nota 11 (a))	5.971	5.982
Outros ativos financeiros	(300)	(300)			
Negociação e intermediação de valores	37.495	35.339	Provisões (Nota 11 (b))	47.106	38.546
Outros ativos (Nota 8) Impostos a compensar	71.311 3.981	70.901 2.652	Outros passivos Passivos contingentes (Nota 11 (c))	840 37.729	1.949 35.767
Ativos fiscais diferidos (Nota 10 (b))	<u>51.343</u>	41.564	Passivos fiscais Obrigações fiscais diferidas	34 34	<u>-</u>
Participações societárias (Nota 9 (a))	9.764	8.636	Patrimônio líquido (Nota 12)	114.974	102.363
Imobilizado de uso (Nota 9 (b))	17.666	14.902	Capital (Nota 12 (a)) Reservas de capital	198.635 912	171.595 912
Intangível (Nota 9 (c))	69.511	62.903	Prejuízos acumulados	(84.573)	(70.144)
Depreciação e amortização acumuladas (Notas 9 (b) e (c)) Imobilizado em uso Intangível	(48.459) (6.992) (41.467)	(42.938) (5.628) (37.310)			
Total dos ativos	1.046.752	2.938.442	Total dos passivos e patrimônio líquido	1.046.752	2.938.442

Demonstração do resultado Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira	27.757	25.000
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	27.799	34.448
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(42)	(9.448)
Despesas da intermediação financeira	(7.321)	(2.778)
Captação no mercado	(7.321)	(2.778)
Resultado bruto da intermediação financeira	20.436	22.222
Outras receitas/(despesas) operacionais	(44.790)	(31.431)
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	120.731	116.730
Despesas de pessoal (Nota 14)	(49.295)	(38.908)
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(104.769)	(94.884)
Despesas tributárias (Nota 14)	(12.797)	(12.746)
Resultado de participações em controladas (Nota 9 (a))	1.445	1.438
Outras receitas operacionais	766	1.545
Outras despesas operacionais	(871)	(4.606)
Resultado operacional	(24.354)	(9.209)
Resultado não operacional	180	1.173
Resultado antes da tributação sobre o resultado	(24.174)	(8.036)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10 (a))	9.745	2.823
Imposto de renda	(21)	22
Contribuição social	(13)	13
Ativo fiscal diferido (Nota 10 (b))	9.779	2.788
Prejuízo do semestre	(14.429)	(5.211)
Quantidade de ações (Nota (12 (a))	509.446	474.781
Prejuízo por ação – Em R\$	(28,32)	(10,97)

Demonstração do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

	30/06/2021	30/06/2020
Prejuízo do semestre	(14.429)	(5.211)
Outros resultados abrangentes do semestre	<u> </u>	_ _
Resultado abrangente do semestre	(14.429)	(5.211)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2021 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

		Aumento	Reserva	Prejuízos	
	Capital	de capital	de capital	acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	72.079	99.516	912	(54.883)	117.624
Aumento de capital	99.516	(99.516)	-	-	-
Prejuízo do semestre	-	-	-	(5.211)	(5.211)
Em 30 de junho de 2020	171.595	_	912	(60.094)	112.413
Mutações do semestre	99.516	(99.516)		(5.211)	(5.211)
		Aumento	Reserva	Prejuízos	
	Capital	de capital	de capital	acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	171.595	-	912	(70.144)	102.363
Aumento de capital (Nota 12 (a)) *	27.040	-	-	-	27.040
Prejuízo do semestre	-	-	-	(14.429)	(14.429)
Em 30 de junho de 2021	198.635	-	912	(84.573)	114.974
Mutações do semestre	27.040		-	(14.429)	12.611

^{*}Aumento de capital aprovado pelo Bacen em 7 de maio de 2021

Demonstração dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido /(Prejuízo) ajustado	(20.551)	(2.424)
Prejuízo líquido	(14.429)	(5.211)
Depreciação e amortização (Nota 14)	5.102	7.013
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9 (a))	(1.445)	(1.438)
Imposto diferido	(9.779)	(2.788)
Variação de ativos e passivos	271.441	(52.304)
Aplicações interfinanceiras	2.266.506	-
Títulos e valores mobiliários e derivativos	(88.734)	(119.266)
Outros ativos financeiros	15	17.430
Ativos fiscais	(1.329)	1.534
Outros ativos	(1.203)	(1.944)
Captações no mercado aberto	(1.886.867)	-
Outros passivos financeiros	(26.870)	48.063
Outros passivos	9.923	1.879
Atividades operacionais - caixa líquido (aplicado)	250.890	(54.728)
Aquisição de investimentos	(1.128)	(895)
Aquisição de imobilizado	(2.764)	(2.318)
Aquisição de bens intangíveis	(6.608)	(10.012)
Atividades de investimentos - caixa líquido (aplicado)	(10.500)	(13.225)
Aumento de Capital (Nota 12 (a))	27.040	-
Atividades de financiamento – caixa líquido proveniente	27.040	-
Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	267.430	(67.953)
Caixa e equivalentes no início do semestre (Nota 6 (a))	267.674	143.227
Caixa e equivalentes no final do semestre (Nota 6 (a))	535.104	75.274
Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de Caixa	267.430	(67.953)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

1. Contexto operacional

A Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores ("Guide Investimentos", "Guide" ou "Corretora"), é uma empresa do Grupo Chinês Internacional "(Fosun)" com foco em tecnologia e inovação, fundado em 1992 e que está listado no principal conselho da Bolsa de Valores de Hong Kong desde 2007. A missão da Fosun é criar ecossistemas cliente-para-produtor (C2M) em saúde, felicidade e prosperidade, fornecendo produtos e serviços de alta qualidade para famílias ao redor do mundo. A Guide Investimentos tem como principais objetivos operar em recinto ou sistema mantido por Bolsas de Valores e de Mercadorias, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, distribuir títulos e valores mobiliários e prestar serviços de assessoria a clientes.

O controle societário da Corretora foi adquirido pela Midas Financial Holding (Brasil) S.A., empresa integrante do Grupo Fosun, em 5 de novembro de 2018, sendo que a transferência de controle foi efetivamente aprovada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 21 de dezembro de 2018.

Após a aprovação pelo BACEN da aquisição do Controle pela Fosun, a Guide iniciou processo de Carve-Out e restruturação organizacional com a contratação de várias posições chaves da Corretora, principalmente para áreas onde o Banco Voiter (antigo Banco Indusval e ex controlador) possuía uma estrutura Corporativa e de alta administração centralizada. Dentro deste processo, foram contratados profissionais experientes de mercado para estruturar as diversas áreas da instituição, como por exemplo Tecnologia, Operações, Finanças, Recursos Humanos, Riscos entre outras.

Dentro desta estratégia, o ano de 2019 foi o 1º ano de reestruturação das diversas áreas, com a redução dos vínculos de processos, sistemas e infraestrutura com o antigo controlador e que consequentemente demandaram um investimento adicional de aproximadamente R\$100.000 por parte do novo controlador e de acionistas minoritários, que se concretizou em dezembro de 2019, com a aprovação do BACEN em janeiro de 2020.

O ano de 2020, além de ter sido o ano da conclusão da reestruturação da Corretora após a aquisição pela Fosun, se desenhou como um ano bastante atípico com desafios diversos e inesperados, decorrentes tanto da Pandemia do COVID-19, como do aumento da concorrência de outros participantes do mercado fortemente capitalizados. Esta concorrência decorreu e perdura com a atuação de players tradicionais, como outras corretoras e com uma mudança significativa na indústria, que passou a demandar estruturas de serviços completos para os clientes, introduzindo no mercado outros participantes como bancos digitais, instituições de pagamentos (IPs), adquirentes de instituições do mercado, entre outras.

A Corretora, em conjunto com seu Controlador, resolveu no final de 2020 reforçar seu planejamento estratégico para os próximos 10 anos, através de um plano de aumento de capital com o objetivo de acelerar o crescimento da companhia e atingir rentabilidade dentro de um menor prazo. O plano de aportes teve seu início em março de 2021, com uma 2ª etapa concluída em julho de 2021, totalizando o aumento de capital até o momento em R\$47.691. Esses aumentos, além de permitir o início do projeto de reforço dos investimentos em Tecnologia, Marketing e expansão de assessores, possibilitou o reenquadramento do índice de Basiléia do Conglomerado Prudencial,

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

em relação à situação verificada em dezembro de 2020. O novo planejamento estratégico supra indicado, abrange medidas e ações desafiadoras para os próximos exercícios da companhia, com impactos financeiros no curto prazo, inclusive em razão dos investimentos que serão realizados nas mais diversas áreas da Corretora, mas visa estabelecer a base de um crescimento acelerado e sustentável para os próximos anos com resultados positivos numa escala maior.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Destaca-se que a partir de 1.º janeiro de 2021 estão vigentes as alterações normativas decorrentes da Resolução CMN n.º 4.818/20 e BCB n.º 2/20. Esses normativos dispõem sobre procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras (inclusive demonstrações financeiras intermediárias), alterando substancialmente a forma de apresentação dessas, com intuito de promover maior similaridade com a forma de apresentação das demonstrações financeiras segundo as normas internacionais de contabilidade, as *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Abaixo as empresas, as quais a Guide Investimentos apresenta participações societárias diretas no período compreendido por essas demonstrações financeiras:

			Participação	total (em %)
Empresa	Tipo	Atividades	30/06/2021	31/12/2020
Simplific II Participações Ltda. Guide Life Consultoria e Corretora de Seguros Ltda.	Controlada Controlada	Participação Societária (Holding) Consultoria e planejamento financeiro, prestação de serviços de	99,99	99,99
		corretagem de seguros e participação em outras sociedades.	99,38	99,38

Para mais detalhamento sobre esses investimentos, vide nota explicativa 9 (a).

As demonstrações financeiras da Guide Investimentos foram aprovadas pela Diretoria em 01 de setembro de 2021.

b) Reapresentação das demonstrações financeiras

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Guide Investimentos reclassificou, conforme orientação requerida pela Instrução Normativa BCB nº 66 de 28 de dezembro de 2020 e Resolução CMN nº 4.871 de 27 de novembro de 2020, dos saldos de recursos mantidos em conta de registro de seus clientes, enquanto não comprometidos em operações destes, anteriormente registrados no grupo de "Negociação e intermediação de valores", para o grupo de "Depósitos", no montante de R\$ 434.323. Tais ajustes foram aplicados de forma retrospectiva, produzindo efeitos no Balanço Patrimonial, conforme apresentado no quadro a

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

seguir:			
·	31/12/2020		31/12/2020
	Original	Ajustes	Reapresentado
Captações no mercado aberto	2.266.472	-	2.266.472
Depósitos	-	434.323	434.323
Negociação e intermediação de valores	487.363	(434.323)	53.040
Total Depósitos e demais Instrumentos financeiros	2.753.835	-	2.753.835

c) Composição dos itens do balanço patrimonial

Segundo a BCB 02/2020 e CMN 4.818/20, o balanço patrimonial deve conter no mínimo informações sobre os seguintes itens: no ativo: disponibilidades, instrumentos financeiros, operações de arrendamento mercantil, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ativos fiscais correntes e diferidos, investimentos em participações em coligadas e controladas, imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações e provisões para redução ao valor recuperável de ativos; nos passivos: depósitos e demais instrumentos financeiros, provisões, obrigações fiscais correntes e diferidas, capital social, reservas de capital, reservas de lucros, outros resultados abrangentes, lucros ou prejuízos acumulados e ações em tesouraria.

d) Julgamentos e estimativas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para contingências, valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

i) Avaliação do valor de mercado de alguns instrumentos financeiros

O valor de mercado de instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cujos preços não estão disponíveis é calculado através de técnicas de precificação. Nestes casos, os valores justos são estimados através de dados observados em instrumentos similares ou através de modelos. Quando dados observáveis de mercado não estão disponíveis, eles são estimados baseados em premissas apropriadas. Quando são utilizadas técnicas de precificação, estas são validadas e revisadas periodicamente a fim de manter sua confiabilidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Guide Investimentos classifica alguns dos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo como ativos financeiros "mantidos até o vencimento". Esta classificação requer significativo julgamento, levando em conta a intenção e capacidade de manter estes investimentos até o vencimento.

iii) Impairment de ativos não financeiros

De acordo com o CPC 01, os ativos não financeiros também devem ser testados anualmente para *impairment* em algumas situações. Para o cálculo do valor recuperável (valor em uso), a Instituição faz uso de estimativas de fluxos de caixa (montante e prazos), bem como das taxas de desconto apropriadas.

iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Créditos tributários são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a entidade irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

v) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e na Circular n.º 3.429/10 do BACEN. Os valores contabilizados ou divulgados em notas explicativas são baseados nas melhores estimativas, inclusive na probabilidade de ocorrência ou não do tema em questão. Esses fatos e valores podem ser diferentes dos de fato ocorridos.

e) Processo de convergência às normas internacionais de contabilidade (IFRS)

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- Resolução nº 3.566/08 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01(R1));
- Resolução nº 3.823/09 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

- Resolução nº 3.989/11 Pagamento Baseado em Ações (CPC 10(R1));
- Resolução nº 4.007/11 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Pronunciamento Conceitual Básico (R1)), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN;
- Resolução nº 4.524/16 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02(R2));
- Resolução nº 4.534/16 Ativo Intangível (CPC 04(R1));
- Resolução nº 4.535/16 Ativo Imobilizado (CPC 27);
- Resolução nº 4.720/19 Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- Resolução nº 4.748/19 Mensuração do Valor Justo (CPC 46);
- Resolução nº 4.818/20 e BCB nº 02/20 Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Resolução cita os pronunciamentos Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)), Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1)), Evento Subsequente (CPC 24) e Resultado por Ação (CPC 41);
- Resolução nº 4.842/20 e BCB nº 15/20 Consolida os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. E a BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares BACEN nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras.

3. Balanço Patrimonial segregado em circulante e não circulante

Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são classificados no circulante e aqueles cujo vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram nos doze meses após a data do balanço são classificados em não circulante.

A segregação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante está demonstrado abaixo, em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

_		30/06/2021		31/12/2020			
Ativos	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Disponibilidades (Nota 6 (a))	1.101	-	1.101	117.675	-	117.675	
Instrumentos financeiros	833.339		833.339	2.627.108	<u> </u>	2.627.108	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6 (a) e (b))	534.003	-	534.003	2.416.505	-	2.416.505	
Títulos e valores mobiliários (Nota 7 (b)) Provisão para perdas	299.336	-	299.336	210.603	-	210.603	
esperadas associada ao risco de crédito	-	(300)	(300)		(300)	(300)	
Outros ativos financeiros	-	(300)	(300)	-	(300)	(300)	
Negociação e intermediação de valores	37.495		37.495	35.335	4	35.339	
Outros ativos (Nota 8)	28.386	42.925	71.311	29.732	41.169	70.901	
Impostos a compensar	3.981	-	3.981	2.652	-	2.652	
Ativos fiscais diferidos (Nota 10 (b))		51.343	51.343		41.564	41.564	
Participações societárias (Nota 9 (a))	-	9.764	9.764	-	8.636	8.636	
Imobilizado de uso (Nota 9 (b))	-	17.666	17.666		14.902	14.902	
Intangível (Nota 9 (c))	-	69.511	69.511	-	62.903	62.903	
Depreciação e amortização acumuladas (Notas 9 (b) e (c))	_	(48.459)	(48.459)	-	(42.938)	(42.938)	
Imobilizado em uso	-	(6.992)	(6.992)	_	(5.628)	(5.628)	
Intangível	-	(41.467)	(41.467)	-	(37.310)	(37.310)	
Total dos ativos	904.302	142.450	1.046.752	2.812.502	125.940	2.938.442	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

		30/06/2021			31/12/2020	
Passivos	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos e demais Instrumentos financeiros	840.098		840.098	2.753.835		2.753.835
Captações no mercado aberto	379.605	-	379.605	2.266.472	-	2.266.472
Depósitos	386.250	-	386.250	434.323	-	434.323
Negociação e intermediação de valores	74.243	-	74.243	53.040	-	53.040
Impostos a recolher (Nota 11 (a))	5.971	-	5.971	5.982	-	5.982
Provisões (Nota 11 (b))	45.819	1.287	47.106	38.546		38.546
Outros passivos	840	-	840	1.949	_	1.949
Passivos contingentes (Nota 11 (c))	-	37.729	37.729		35.767	35.767
Passivos fiscais	-	34	34	-	-	-
Obrigações fiscais diferidas	-	34	34	-	-	-
Patrimônio líquido (Nota 12)	-	114.974	114.974	-	102.363	102.363
Capital (Nota 12 (a))	-	198.635	198.635	-	171.595	171.595
Reservas de capital (Nota 12 (c))	-	912	912	-	912	912
Prejuízos acumulados	-	(84.573)	(84.573)	-	- 70.144	70.144
Total dos passivos e patrimônio líquido	892.728	154.023	1.046.752	2.800.312	138.130	2.938.442

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

4. Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto (exceto posição financiada) e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Guide Investimentos para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanco, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

c) <u>Instrumentos financeiros</u>

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- Títulos para negociação adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda que não se enquadrem como negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários:
- Títulos mantidos até o vencimento adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Conforme determina a Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de sua data de vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

d) Outros ativos

Compostos por despesas antecipadas referentes a serviços de promoção e divulgação, distribuição e mediação de valores mobiliários.

e) Participações societárias

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao custo.

f) <u>Imobilizado e Intangível</u>

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistemas de processamentos de dados e 10% a.a. para os demais itens. As benfeitorias em imóveis de terceiros são compostas por gastos com as construções e instalações que se incorporaram ao imóvel arrendado e se reverterão ao proprietário ao final da locação, sendo amortizado pelo prazo do contrato de locação.

Os ativos intangíveis são compostos por intangível na aquisição de participação de entidades (ágio) e por outros ativos intangíveis. Os ágios são amortizados em decorrência da expectativa de geração de resultados das investidas.

g) Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto estão registradas pelos seus respectivos valores contratuais, acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias e prejuízo fiscal, são registrados na rubrica "Ativos fiscais". Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões e ajuste a valor de mercado sobre as quais foram constituídos.

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10%, a contribuição social foi provisionada à alíquota de 15%, de acordo com a Lei n.º 13.169/15.

Em 01 de março de 2021, a alíquota da contribuição social foi majorada de 15% para 20%, com vigência a partir de 1º de julho até 31 de dezembro de 2021, nos termos da medida provisória Nº 1.034. A administração está avaliando os reflexos da referida medida provisória os quais terão efeito nas demonstrações financeiras ao longo do segundo semestre de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

i) <u>Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias</u>

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Carta Circular n.º 3.429/10 e referendadas pela Resolução n.º 3.823/09 do BACEN (CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

i) Ativos e passivos contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

ii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Impairment

A Guide Investimentos, baseando-se nos dispositivos do CPC 01, analisa uma vez por ano os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*, que é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

Saldos de ativos intangíveis com vida útil indefinida tem sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, independentemente da existência de alguma indicação de perda por *impairment*. Já os ativos imobilizados e demais intangíveis são testados apenas se houver evidência objetiva de perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

k) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre partes relacionadas é efetuada em consonância com a Resolução do BACEN nº 4.636/18, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 05 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Lucro (prejuízo) por ação

O lucro líquido por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

m) Resultados não recorrentes

A Guide Investimentos divulga suas informações sobre resultados não recorrentes conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, onde os resultados não recorrentes são os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Guide e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

5. Impacto da pandemia do coronavírus nos negócios da Guide Investimentos

Diante da pandemia do COVID-19, a Guide continua adotando medidas para minimizar quaisquer impactos que possam surgir aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, consequentemente, à sua operação. As ações tomadas estão alinhadas às normas sanitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS), do governo do Estado e da Prefeitura. Os colaboradores estão desde o final de março de 2020 trabalhando em regime de home office, as visitas presenciais a nossos clientes, parceiros e viagens estão restritas, tendo sido substituídas por reuniões virtuais, e as instalações das unidades físicas da Guide têm seguido todas as orientações oficiais de higiene e saúde.

Durante o 1º semestre de 2021, após mais de um ano vivenciando a situação de pandemia, com o avanço da vacinação e início de recuperação da economia, os resultados apresentados pela Corretora foram limitadamente impactados pela situação principalmente em função dos volumes das atividades de clientes. Além disto, a Corretora incorreu em despesas adicionais em função das medidas para manter a empresa operacional, com os mesmos níveis de produtividade e segurança para os colaboradores.

A Guide mantém um acompanhamento diário de suas operações, e, vem adotando todas as medidas e protocolos para preservar a integridade e saúde de todos os seus colaboradores. O plano de retorno ao escritório em formato híbrido está previsto para o fim do 2º semestre de 2021, vinculado à velocidade de vacinação e às particularidades de cada uma das áreas da companhia, seguindo todas as recomendações e normas sanitárias mencionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	1.101	117.675
Aplicações interfinanceiras de liquidez - LFT e LTN (Nota 6 (b))	534.003	149.999
Caixa e equivalentes de caixa	535.104	267.674

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações no mercado aberto	30/06/	31/12/2020	
	Valor de		Valor de
	mercado	Até 90	mercado
LTN - posição bancada	154.399	154.399	149.999
LFT - posição bancada	379.604	379.604	-
LFT - posição financiada	-	-	213.441
NTN-B - posição financiada	-	-	2.053.065
Total de aplicações mercado aberto	534.003	534.003	2.416.505

7. Instrumentos financeiros

a) Avaliação, classificação e gerenciamentos de riscos

As avaliações das posições de títulos de renda fixa e dos instrumentos financeiros derivativos são obtidas através dos mercados em que possuam maior liquidez ou, caso não haja essa disponibilidade, em mercados correlacionados, inclusive por interpolações e extrapolações de prazos.

b) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Guide Investimentos não possuía instrumentos financeiros derivativos próprios em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

Os valores de aquisição dos títulos e valores mobiliários, acrescidos dos rendimentos auferidos e comparados com o valor de mercado, são:

	30/06/2021						31/12/2020				
	Valor de custo amortizado	Ajuste a Mercado	Valor de mercado	Sem vencimento	Até 90	De 91 a 180	De 181 a 360	De 361 a 1080	De 1081 a 1800	Acima de 1800	Valor de mercado
Títulos para negociação	299.252	84	299.336	33.950	31.728	103	101.397	129.365	1.400	1.393	210.603
Tesouro Selic	259.871	10	259.881	-	31.430	-	101.314	127.083	54	-	176.865
Tesouro Prefixado	2	20	22	-	22	-	-	-	-	-	-
Tesouro IPCA	1.007	54	1.061	-	-	-	-	105	513	443	71
Debêntures	1.039	-	1.039	-	-	-	17	16	284	722	670
Cédulas de depósito bancário - CDBs Certificados de recebíveis agrícolas	1.141	-	1.141	-	113	68	66	392	447	55	1.313
CRA Certificados de recebíveis imobiliários	1.900	-	1.900	-	-	-	-	1.684	102	114	2.051
CRI	59	_	59	-	-	-	_	-	_	59	62
Títulos de renda variável	62	_	62	-	62	_	-	-	_	-	171
Letras de crédito agronegócios - LCAs		_	193	-	101	7	-	85	_	_	64
Letras de crédito imobiliário - LCIs	28	-	28	-	-	28	-	-	-	-	44
Cotas de fundos de investimento*	33.950	-	33.950	33.950	-	-	-	-	-	-	29.292
Total de TVM	299.252	84	299.336	33.950	31.728	103	101.397	129.365	1.400	1.393	210.603
Total de TVM – 2020	210.618	(15)	210.603	29.292	9.213	10	21.664	122.019	18.767	9.638	

*FILCB - As Cotas do Fundo constituem contribuição dos Participantes e da B3: (i) ao Fundo de Liquidação da Câmara de Compensação e Liquidação BM&FBOVESPA ou (ii) como garantia mínima não operacional.

Os títulos e valores mobiliários foram registrados na categoria "títulos para negociação" no ativo circulante de acordo com a Resolução nº. 3.068 do BACEN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

A composição da carteira em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como seque:

		Junho de 2021						
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total				
Títulos para negociação	296.015	3.321	-	299.336				
Total - Junho 2021	296.015	3.321	-	299.336				
Total - Dezembro 2020	207.069	3.534	_	210.603				

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

c) Custódia dos títulos da carteira

Os títulos privados integrantes da carteira da Guide Investimentos estão registrados na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e os títulos de renda variável e derivativos estão registrados e custodiados em conta própria na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC do BACEN.

8. Outros ativos

	30/06/2021	31/12/2020
Rendas a receber	9.128	11.299
Depósitos em garantia (i)	33.694	32.728
Adiantamentos efetuados (ii)	8.198	10.275
Despesas antecipadas (iii)	15.751	13.152
Outros	4.540	3.447
	71.311	70.901

- (i) Refere-se substancialmente a deposito judicial sobre processo de desmutualização da Bovespa, mencionado na nota explicativa 11 (c), no valor de R\$27.838 (R\$27.472 em 31 de dezembro 2020). Foi reconhecido o montante de R\$4.774, referente a indenização a receber do Banco Voiter (antigo Banco Indusval e ex controlador), caso os processos provisionados sejam julgados de forma desfavorável à Guide Investimentos. Conforme acordo de negociação da aquisição da Guide Investimentos o Banco Voiter reembolsará à Corretora os montantes pagos a título de processos judiciais iniciados durante o período em que o Banco Voiter era o seu controlador.
- (ii) Adiantamentos efetuados, refere-se substancialmente ao desenvolvimento de um Sistema de Gestão Operacional integrado a arquitetura sistêmica da Guide, sendo interligado aos sistemas de back-office e front-office.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

(iii) Despesas antecipadas, refere-se substancialmente aos incentivos pagos aos agentes autônomos de investimentos pela prestação de serviço de captação de clientes e volume financeiro, sendo o montante no valor de R\$11.252 (R\$8.618 em 31 de dezembro 2020).

9. Permanente

a) Investimentos em controladas

i) Simplific

A Simplific II Participações Ltda. caracteriza-se por uma holding cujo resultado é composto por 99% da sua investida, a Guide Gestão de Recursos.

Resultado de equivalência patrimonial

		Aquisição/	Amortização				
Empresa	31/12/2020	Baixa	ágio/outros	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	
Simplific	3.352	-	-	1.116	1.967	4.468	
Simplific - Ágio na aquisição	1.426	-	(146)	-	-	1.280	
Simplific - Relacionamento com clientes	1.222	-	(125)	-	-	1.097	
Simplific - Cláusula de concorrência	72	-	(39)	-	-	33	
Total	6.072	-	(310)	1.116	1.967	6.878	

ii) Guide Life

Resultado de equivalência patrimonial

		Aquisição/	Amortização			
Empresa	31/12/2020	Baixa	ágio/outros	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021
Guide Life	2.487	-		329	932	2.816
Guide Life - Ágio na aquisição	77	-	(7)			70
Total	2.564	-	(7)	329	932	2.886

b) Imobilizado

	31/12/2020	Aquisições	Despesa de depreciação	Baixas	Transferências	30/06/2021
Instalações	3.083	9	(412)	_	-	2.680
Custo	4.410	9	-	-	-	4.419
Depreciação acumulada	(1.327)	-	(412)	-	-	(1.739)
Móveis e equipamentos	6.191	2.755	(952)	-	-	7.994
Custo	10.492	2.755	-	-	-	13.247
Depreciação acumulada	(4.301)	-	(952)	-	-	(5.253)
Total imobilizado de uso	9.274	2.764	(1.364)	-	-	10.674
Custo	14.902	2.764	-	-	-	17.666
Depreciação acumulada	(5.628)	-	(1.364)	-	-	(6.992)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

c) <u>Intangível</u>

			Despesa de		
	31/12/2020	Adições	amortização	Baixas	30/06/2021
Carteiras (i)	3.315	1.235	(1.657)	-	2.893
Custo	19.682	1.235	•	-	20.917
Amortização acumulada	(16.367)	-	(1.657)	-	(18.024)
Plataforma de distribuição de produtos financeiros (ii)	_	_	_	_	_
Custo	12.603				12.603
Amortização acumulada	(12.603)		-		(12.603)
Projeto Mesa BM&F (iii)	4.112	-	(1.207)	-	2.905
Custo	10.100	-	-	-	10.100
Amortização acumulada	(5.988)		(1.207)		(7.195)
Outros	27	-	-	_	27
Custo	27	-	-	-	27
Projeto Nova Guide (iv)	18.139	5.373	(1.293)	_	22.219
Custo	20.491	5.373	-	-	25.864
Amortização acumulada	(2.352)	-	(1.293)	-	(3.645)
Total Intangível	25.593	6.608	(4.157)	-	28.044
Custo	62.903	6.608	-	-	69.511
Amortização acumulada	(37.310)	-	(4.157)	-	(41.467)

(i) Carteiras

A Guide Investimentos, tem uma estratégia de compra de carteira a fim de promover a expansão dos negócios em todas as regiões do país, o valor contabilizado em 30 de junho de 2021 é de R\$20.917, o montante será amortizado linearmente. Os valores registrados como Ativo Intangível associados à compra das carteiras estão contabilizados pelo valor recuperável com base na expectativa de geração de fluxo de caixa futuro.

(ii) Desenvolvimento de plataforma de distribuição e negociação de títulos - Guide Investimentos

Na Guide Investimentos, foi contabilizado o valor de R\$12.603, referente ao desenvolvimento de plataforma eletrônica de distribuição e negociação de títulos e outros ativos financeiros. O intangível em questão iniciou a sua operação em janeiro de 2014 e foi totalmente amortizado.

(iii) Projeto Mesa BM&F

Na Guide Investimentos foi contabilizado o montante de R\$10.100 referente ao desenvolvimento de produtos, serviços e sistemas destinados a atender clientes institucionais. O intangível em questão será amortizado linearmente tendo como base a expectativa de geração da respectiva receita.

(iv) Desenvolvimento de plataforma Nova Guide

Na Guide Investimentos, foi contabilizado o valor de R\$25.864, referente ao desenvolvimento de plataforma eletrônica no que tange a arquitetura, interfaces, processos de cadastro, conformidade, tesouraria, ambiente assessores e clientes. O intangível em questão será amortizado linearmente tendo como base a expectativa de geração caixa futuro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

10. Imposto de renda e contribuição social

a) <u>Demonstração do cálculo</u>

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado antes dos impostos	(24.174)	(8.036)
Efeito das diferenças permanentes Participações em controladas e coligadas (Nota 9 (a)) Amortização do ágio Bônus IRPJ Outros - IRPJ e CSLL	309 (1.445) 317 1.291 146	1.277 (1.438) 1.199 800 716
Efeitos das diferenças temporárias Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos	(99) (99)	88 88
Base fiscal antes do aproveitamento de prejuízo fiscal - CSLL Base fiscal antes do aproveitamento de prejuízo fiscal - IRPJ	(25.255) (23.964)	(7.471) (6.671)
Impostos diferidos constituídos/(revertidos) sob diferenças temporárias	(34)	35
Constituição de Imposto Diferido IRPJ e CSLL	9.779	2.788
Imposto de renda e contribuição social	9.745	2.823

b) Movimentação do crédito tributário

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	41.564	31.823
Movimentação Prejuízo fiscal	9.779	9.741
Total dos créditos tributários	51.343	41.564
Créditos tributários, líquidos das obrigações fiscais diferidas	51.343	41.564
Percentual sobre o patrimônio líquido	44,66%	40,60%

c) Previsão de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Provisão para devedores duvidosos	120	-	-	-	-	-	120
Prejuízo fiscal Total	- 120	-	6.848 6.848	23.512 23.512	20.863 20.863	-	51.223 51.343

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

Conforme definido na Resolução 4.842/20 e dispensa expressa no Inciso II do parágrafo 2º do art 4º, a Corretora efetuou o registro contábil de ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido mesmo não apresentando histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluído o exercício em referência. Tal dispensa está baseada no fato da Companhia ter sofrido mudança de controle acionário em novembro de 2018.

O plano de investimento de 2021 impõem impactos no curto prazo, mas, visa estabelecer a base de um crescimento acelerado e sustentável para os próximos anos com resultados positivos numa escala maior. Conforme esse planejamento estratégico e Estudo Técnico sobre a Realização dos Créditos Tributários, a Administração entende que a Companhia tem capacidade de realização dos créditos em prazo inferior ao que a norma define como limite.

O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados.

d) Valor presente dos créditos tributários

A Guide Investimentos, fundamentada em estudo técnico que considera expectativa de rentabilidade e de geração de obrigações tributárias futuras, estima a realização dos créditos tributários num prazo máximo de dez anos. O valor presente do crédito tributário, utilizando a taxa média de mercado seria de R\$40.878.

11. Passivos

a) Impostos a recolher

	30/06/2021	31/12/2020
Impostos federais Impostos municipais	4.936 1.035 5.971	4.705 1.277 5.982
b) <u>Provisões</u>	30/06/2021	31/12/2020
Sociais e estatutárias Pagamentos a efetuar	31.386 	27.630 10.916 38.546

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

c) Passivos contingentes

	30/06/2021	31/12/2020
Valores a pagar – Ex controlador (nota 8 (i))	27.844	27.225
Trabalhistas (nota 11 (d))	5.118	4.774
Cíveis (nota 11 (e))	4.767	3.768
	37.729	35.767

⁽i) Em 31 de dezembro de 2018, registramos a contrapartida do deposito judicial referente a desmutualização da Bovespa, decorrente de autos de infração lavrados para a constituição dos créditos tributários relativos aos anos-base de 2008 e 2009, em razão do suposto ganho de capital auferido em 08/05/2008 quando da incorporação das ações da Bovespa Holding S/A pela sociedade Nova Bolsa S/A. Em 30 de junho de 2021, o saldo foi atualizado para R\$27.838 (R\$27.472 em 31 de dezembro de 2020). (vide nota 8 (i)).

d) Ativos e passivos contingentes

	Trabalhistas	Fiscal	Total
Saldo inicial em 01/01/2021	4.774	-	4.774
Constituição	448	-	448
Reversão	(104)	-	(104)
Saldo final em 30/06/2021	5.118	-	5.118
Depósitos em garantia de recursos (nota 8 (i))	5.600	28.094	33.694

A Guide Investimentos, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvida em contingências como segue:

i) Passivos contingentes

Contingências prováveis - Trabalhistas

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis são monitorados pela Guide Investimentos, estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos e, conforme legislação, requerem a constituição de provisões. A Guide Investimentos é parte dos seguintes processos que apresentam risco de perda provável:

• Processos trabalhistas: Existem processos trabalhistas, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$5.118 (R\$4.774 em 31 de dezembro de 2020). Considerando nosso histórico de perdas e avaliação dos consultores jurídicos, estes valores foram reduzidos significativamente, pois a maioria se refere a matérias especificas da categoria, tais como horas extras, equiparação salarial entre outros da época da gestão Banco Voiter (antigo Banco Indusval e ex controlador).

Contingências possíveis - Trabalhistas

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Guide Investimentos, estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos e, conforme legislação, não requerem a constituição de provisões. A Guide Investimentos é parte dos seguintes processos que apresentam risco de perda possível:

• Processos trabalhistas: Existem processos trabalhistas, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$18.461 (R\$10.273 em 31 de dezembro de 2020). Considerando nosso histórico de perdas e avaliação dos consultores jurídicos, estes valores tiveram aumento, pois a maioria se refere a matérias especificas da categoria, tais como horas extras, equiparação salarial entre outros da época da gestão Voiter (antigo Banco Indusval e ex controlador).

A Guide Investimentos, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente o resultado de suas operações.

Contingências possíveis - Fiscais

As contingências fiscais de perda possível e não reconhecidas no Balanço estão descritas a seguir:

 Questionamento relativo à incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização, em conta de Reservas, dos títulos patrimoniais da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, quando da desmutualização no valor de R\$27.838 (R\$27.472 em 31 de dezembro 2020), o qual possui um depósito judicial associado, mencionado na nota explicativa 8 (a(i)).

e) Outras contingências

	Cíveis	Total
Saldo inicial em 01/01/2021	3.768	3.768
Constituição	999	999
Saldo final em 30/06/2021	4.767	4.767

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

i) Capital subscrito e integralizado

O capital social no montante de R\$198.635, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 509.446 ações, sendo 293.029 ordinárias e 216.417 preferenciais, sem valor nominal.

Em 16 de março de 2021, foi realizado um aumento de capital de R\$27.040 mediante a emissão de 14.726 ações preferenciais e 19.939 ações ordinárias. O referido aumento foi aprovado pelo BACEN em 07 de maio de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

b) <u>Dividendos e remuneração do capital próprio</u>

O estatuto prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

c) Reservas de lucros

De acordo com o Estatuto Social da Guide Investimentos o lucro líquido anual poderá ser destinado a: (i) reserva para equalização de dividendos, para assegurar o fluxo regular do pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre capital próprio; e (ii) reserva para reforço de capital de giro, que terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Corretora. O valor global das duas reservas não pode exceder ao capital social da Guide Investimentos.

13. Transações com partes relacionadas

As transações entre controladora e empresas controladas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade e estão representadas por:

a) Remuneração de pessoas chave da administração

	30/06/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo	4.511	6.545
Benefícios de longo prazo	50	38
	4.561	6.583

b) Outras operações com partes relacionadas

	Objeto e características		
Vínculo com a Instituição	do contrato	30/06/2021	31/12/2020
Administradores	Contas Gráficas	64	182
Pessoas vinculadas aos administradores	Contas Gráficas	135	16
Empresas ligadas aos administradores	Contas Gráficas	17	24
		216	222

Ativo

c) Empresas ligadas a Guide Investimentos

		140
	30/06/2021	31/12/2020
Rio Bravo Investimentos DTVM LTDA	29	47
	29	47
	Pas 30/06/2021	sivo 31/12/2020
Rio Bravo Investimentos LTDA	-	25
Rio Bravo Investimentos DTVM LTDA	134	133
	134	158
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

14. Detalhamento das principais contas de resultado

	30/06/2021	30/06/2020
Prestação de serviços	120.731	116.730
Administração de fundos	1.820	2.465
Corretagem de operações em bolsas	96.160	92.691
Serviços de custódia	310	612
Comissões de colocação de títulos	5.226	5.336
Outros serviços (*)	17.215	15.626
Despesas de pessoal	(49.295)	(38.908)
Proventos	(28.373)	(23.613)
Honorários	(4.038)	(2.497)
Benefícios	(7.364)	(5.852)
Encargos sociais	(8.964)	(6.494)
Treinamentos	(112)	(68)
Estagiários	(444)	(384)
Outras despesas administrativas	(104.769)	(94.884)
Aluguéis	(3.893)	(4.676)
0	(OGE)	(1.324)
Comunicações	(965)	
Processamento de dados	(13.051)	(10.133)
Processamento de dados Serviços do sistema financeiro	(13.051) (8.486)	(10.133) (7.327)
Processamento de dados	(13.051)	(10.133)
Processamento de dados Serviços do sistema financeiro	(13.051) (8.486)	(10.133) (7.327)
Processamento de dados Serviços do sistema financeiro Serviços de terceiros Comissões Serviços técnicos especializados	(13.051) (8.486) (4.736)	(10.133) (7.327) (5.234)
Processamento de dados Serviços do sistema financeiro Serviços de terceiros Comissões	(13.051) (8.486) (4.736) (50.514)	(10.133) (7.327) (5.234) (50.126)
Processamento de dados Serviços do sistema financeiro Serviços de terceiros Comissões Serviços técnicos especializados	(13.051) (8.486) (4.736) (50.514) (7.354)	(10.133) (7.327) (5.234) (50.126) (5.495)
Processamento de dados Serviços do sistema financeiro Serviços de terceiros Comissões Serviços técnicos especializados Depreciação e amortização	(13.051) (8.486) (4.736) (50.514) (7.354) (5.102)	(10.133) (7.327) (5.234) (50.126) (5.495) (7.013)
Processamento de dados Serviços do sistema financeiro Serviços de terceiros Comissões Serviços técnicos especializados Depreciação e amortização Publicidade e propaganda	(13.051) (8.486) (4.736) (50.514) (7.354) (5.102) (9.335)	(10.133) (7.327) (5.234) (50.126) (5.495) (7.013) (1.851)
Processamento de dados Serviços do sistema financeiro Serviços de terceiros Comissões Serviços técnicos especializados Depreciação e amortização Publicidade e propaganda Diversos	(13.051) (8.486) (4.736) (50.514) (7.354) (5.102) (9.335) (1.333)	(10.133) (7.327) (5.234) (50.126) (5.495) (7.013) (1.851) (1.705)
Processamento de dados Serviços do sistema financeiro Serviços de terceiros Comissões Serviços técnicos especializados Depreciação e amortização Publicidade e propaganda Diversos Despesas tributárias	(13.051) (8.486) (4.736) (50.514) (7.354) (5.102) (9.335) (1.333)	(10.133) (7.327) (5.234) (50.126) (5.495) (7.013) (1.851) (1.705)
Processamento de dados Serviços do sistema financeiro Serviços de terceiros Comissões Serviços técnicos especializados Depreciação e amortização Publicidade e propaganda Diversos Despesas tributárias ISS	(13.051) (8.486) (4.736) (50.514) (7.354) (5.102) (9.335) (1.333) (12.797) (5.737)	(10.133) (7.327) (5.234) (50.126) (5.495) (7.013) (1.851) (1.705) (12.746) (5.471)

^(*) Referem-se substancialmente a receitas de intermediação de operações de distribuição de Fundos de investimentos.

15. Participação nos lucros

Em 2021 a Guide Investimentos formalizou o acordo Plano de participação em lucros ou resultados no Sindicato dos trabalhadores no Mercado de Capitais no Estado de São Paulo - SIMC/SP. As metas e apuração são anuais, havendo uma antecipação de pagamento dia 31 de agosto e de julho a dezembro, com pagamento no último dia útil de fevereiro.

O pagamento da participação no resultado está condicionado ao atingimento das metas e critérios correspondentes aos indicadores institucionais e individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

16. Gestão integrada de riscos e capital

O gerenciamento integrado de riscos é uma das atividades mais importantes da Guide Investimentos e o seu constante aprimoramento é fundamental para gerar estabilidade nos resultados financeiros, agilidade nos processos e aperfeiçoar a alocação de capital.

Em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, as políticas de gerenciamento de riscos garantem uma estrutura de controle compatível com as suas operações, seus produtos e serviços, além de ser capaz de mensurar a exposição aos riscos e garantir que estes sejam adequadamente gerenciados, identificados, analisados, controlados e reportados de maneira eficiente e eficaz. O monitoramento é realizado de forma independente das áreas de negócios por meio de controles em tempo real, por profissionais experientes e dedicados à gestão de Riscos, garantindo um acompanhamento preciso das posições dos clientes e suas respectivas exposições.

Os riscos decorrentes das atividades financeiras as quais a Instituição está exposta são:

- Risco de mercado: o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições. Esta definição incluem os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).
- Risco de crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
- Risco de liquidez: é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
- Risco operacional: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

A estrutura de gerenciamento de risco e o relatório de Pilar 3 encontram-se disponíveis em nosso site https://www.guide.com.br/compliance2/.

17. Limites operacionais

O controle societário da Corretora foi adquirido pela Midas Financial Holding (Brasil) S.A., empresa integrante do grupo Fosun ("Fosun"), em 5 de novembro de 2018, sendo que a transferência de controle foi efetivamente aprovada pelo BACEN em 21 de dezembro de 2018. A partir de tal aprovação, a Corretora tornou-se a instituição líder do conglomerado prudencial ("Conglomerado Prudencial") formado com a RIO BRAVO INVESTIMENTOS DTVM LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 72.600.026/0001-81 ("Rio Bravo"), nos termos

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

da Resolução CMN nº 4.280/13. Diante de tal fato, os limites operacionais da Guide Investimentos são calculados com base nas informações do Conglomerado Prudencial.

- Até novembro de 2018 os limites operacionais da Corretora eram calculados por seu controlador anterior, o Banco Voiter (antigo Banco Indusval), visto que esta instituição era líder do conglomerado prudencial a qual integrava a Guide Investimentos.
- Com intuito de aumento de acuracidade no controle dos limites regulatórios, o novo controlador, em conjunto com a diretoria estabeleceram plano de ação visando aumento de capital, bem como, investimento em tecnologia da informação
- Nos termos da Resolução do CMN n.º 4.192/13, o Patrimônio de Referência é composto pelo somatório do capital de nível I e do capital de nível II do Conglomerado Prudencial e os ativos ponderados pelo risco (RWA) são compostos pelas parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional da Corretora e da Rio Bravo DTVM.
- O cálculo do capital regulatório da Instituição para a cobertura de risco baseia-se na Resolução n.º 4.193/13 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.
- O Capital Principal do Conglomerado ficou em R\$ 43.500, enquanto seu Patrimônio Líquido alcançou R\$ 124.684 em 30 de junho de 2021. Os ativos ponderados pelo risco (RWA) atingiram R\$ 532.188, desta forma o Índice de Basiléia do Consolidado Prudencial para esta data base ficou em 8,17%, sendo o mínimo requerido 9,625%.

A Diretoria da Guide já havia antecipado a necessidade de capital junto aos acionistas e convocado Assembleia Geral de Acionistas, que foi realizada em 9 de fevereiro de 2021. Nesta assembleia, foi aprovado aumento de capital em aproximadamente R\$27.040, o qual foi integralizado em março de 2021 e aprovado pelo Banco Central do Brasil em maio de 2021.

Em 23 de junho de 2021, foi realizada nova Assembleia Geral de acionistas para deliberar um novo aumento de capital para a companhia que foi integralizado no montante de R\$ 20.651 em 27 de julho de 2021. A Guide protocolou junto ao Banco Central do Brasil em 30 de julho o pleito para aprovação do aumento de capital. Considerando esse aumento para o mês de julho de 2021, o Índice de Basileia ficaria em 10,3%. Estes aumentos fazem parte de toda a estratégia de Capital para o ano de 2021, conforme o plano de investimento da companhia.

18. Recursos de terceiros

A Guide Investimentos é intermediária na negociação de contratos nos mercados à vista, a termo, intermediação de swap, futuro e de opções e responsável pela custódia de títulos e valores mobiliários por conta de clientes, no montante de R\$20.217.015 (R\$24.537.880 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais (exceto quando indicado))

19. Resultados não recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Guide Investimentos e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Apresentamos abaixo os resultados não recorrentes do semestre:

 R\$ 59 mil relacionadas a despesas de medidas de distanciamento social e trabalho remoto ocasionadas pelo COVID-19;

20. Eventos subsequentes

- Em julho de 2021, foi integralizado o aumento de capital de aproximadamente R\$20.651 mediante a emissão de 6.333 ações preferenciais e 19.317 ações ordinárias. Aguardando autorização do BACEN.
- Em 01 de março de 2021, a alíquota da contribuição social foi majorada de 15% para 20%, com vigência a partir de 1º de julho até 31 de dezembro de 2021, nos termos da medida provisória Nº 1.034.
- Em 26 de agosto de 2021, a administração da Guide protocolou o pleito junto ao Banco Central, referente ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos através do Pedido fundamentado em estudo técnico, conforme Resolução CMN 4.842, de 30 de julho de 2020.